

O papel do raciocínio lógico na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT)

The role of logical reasoning in Acceptance and Commitment Therapy (ACT)

Jaume Ferran Aran Cebria¹

[1] Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) | Título abreviado: A Lógica na ACT | Endereço para correspondência: | Email: sr.jaume.aran@gmail.com | doi: 10.18761/PAC.ACT.009

Resumo: A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) faz parte das terapias cognitivo-comportamentais da terceira onda e é considerada parte da Ciência Comportamental Contextual (CBS), que foca sua pesquisa nos processos psicológicos relacionados à linguagem e à cognição propriamente humana. Dessa forma, a ACT enfatiza intervenções que focam nas funções da linguagem e na cognição para diminuir o sofrimento humano e promover a flexibilidade psicológica. Nesse contexto, o presente artigo apresenta: (1) o raciocínio lógico como um tipo específico de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA), nomeadamente as Molduras de Inferência Dedutiva (MIDs), (2) aponta suas características de acordo com a organização Hiper Dimensional Multinível (HDML) e (3) discute qual poderia ser seu lugar e papel em intervenções baseadas na ACT – que é uma abordagem terapêutica que não foca na correção dos conteúdos do pensamento, mas nas suas funções.

Palavras-chave: Raciocínio lógico; Molduras de Inferência Dedutiva; HDML; Terapia de Aceitação e Compromisso.

Abstract: Acceptance and Commitment Therapy (ACT) is part of the third wave of Cognitive-Behavioral Therapies (CBT), and it is considered a part of Contextual Behavioral Science (CBS), which focuses its research on psychological processes related to language and human cognition. Therefore, ACT emphasizes interventions that focus on the functions of language and cognition to diminish human suffering and promote psychological flexibility. In this context, this paper (1) presents logical reasoning as specific type of Arbitrarily Applicable Relational Responding (AARR), namely Deductive Inference Frames (MIDs), (2) points out its features according to the Hyper Dimensional Multi Level (HDML) framework and (3) discusses what could be its place and role in ACT based interventions – which is a therapeutical approach that focuses on the function of thoughts, rather than on the correctness of its contents.

Keywords: Logical reasoning; Deductive Inference Frames; HDML; Acceptance and Commitment Therapy.

O papel do raciocínio lógico na ACT

A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) se insere na terceira onda das terapias cognitivo-comportamentais (Hayes, 2016a; Hayes & Hofmann, 2021). Ela faz parte da Ciência Comportamental Contextual (CBS), que consiste em uma “estratégia focada em princípios, comunitária, de desenvolvimento em rede científica e prática” (Hayes et al., 2012, p. 2). Essa construção do conhecimento científico em rede significa que pesquisas em ACT influenciam e são influenciadas, simultaneamente, por pesquisas em outras áreas da CBS como o Contextualismo Funcional (cf. Biglan & Hayes, 1996, 2016) e a Teoria das Molduras Relacionais (cf. Hayes et al., 2001a; Perez et al., 2022). Coerentemente com o foco que a CBS coloca sobre a linguagem e a cognição humana (Hayes et al., 2012), o modelo de psicopatologia proposto pela ACT foca no papel da linguagem na causação do sofrimento psicológico (Hayes & Strosahl, 2004; Hayes et al., 2021).

A chamada “segunda onda” das terapias cognitivo-comportamentais surgiu a partir da percepção de que certas dimensões da experiência humana, como a cognição, tinham sido, ao menos parcialmente, negligenciadas por terapeutas da modificação do comportamento (Hayes, 2016a). Nesse sentido, Beck (2022) salienta a importância da percepção que os indivíduos têm das situações, em contraposição à importância das situações em si mesmas. Essas percepções dependem de um sistema hierárquico de crenças, que, por sua vez, são elaboradas a partir da experiência de vida de cada sujeito (Beck, 2022). O objetivo da Terapia Cognitivo-Comportamental consiste em “mudar as formas mal-adaptativas de pensamento e de atuação com a finalidade de melhorar o bem-estar psicológico” (Hofmann, 2014, p. 8). Para atingir esse objetivo, uma grande variedade de técnicas cognitivas tem sido proposta (cf. Leahy, 2019), sendo que muitas delas envolvem o uso do raciocínio lógico, embora não exista uma descrição técnica na literatura cognitiva das propriedades definidoras desse tipo de raciocínio.

A ACT, apesar de ressaltar a importância dos processos cognitivos específicos do ser humano, diverge da Terapia Cognitiva no sentido de focar

os seus esforços não em alterar a estrutura de crenças do indivíduo, mas em alterar as funções que esse tipo de comportamentos encobertos exerce sobre outros comportamentos do indivíduo (Hayes et al., 2021). Na psicologia comportamental, os comportamentos encobertos não são considerados a causa dos comportamentos abertos (Hayes & Brownstein, 1986); mas, na perspectiva da ACT, as relações comportamento – comportamento são importantes para a compreensão do sofrimento humano e devem ser consideradas (Hayes, 2016b, 2019). Inúmeras pesquisas deixaram claro que o comportamento verbal exerce certo nível de controle sobre outros comportamentos (e. g., Catania et al., 1982; Mathews et al., 1985; Shimoff et al., 1981; Törneke et al., 2008). Por isso, Hayes et al. (2001b) consideram a linguagem como “um processo aprendido de alterar processos comportamentais” (p. 45). Em palavras de Monestés (2016), “além da modificação das formas usuais de seleção comportamental, a linguagem pode constituir uma fonte de seleção por direito próprio. Em muitos casos os comportamentos são controlados pela linguagem somente” (p. 107).

Nos seres humanos verbalmente competentes, a linguagem se torna um fenômeno onipresente (Monestés, 2016). Hayes et al. (2001b) explicam esse fenômeno nos termos seguintes:

O tipo de comportamento verbal que descrevemos não pode ser mantido em uma bonita caixa verbal. Uma vez estabelecido, a coerência e o fazer sentido servirão como reforçador continuamente disponível para o responder relacional derivado. O comportamento verbal ficará mais forte até que seja difícil encontrar momentos e situações em que não acontece. De fato, assim que nos perguntamos se ele sumiu, aparecerá em virtude desse mesmo questionamento (p. 48).

Gazzaniga (2000), um destacado pesquisador de tradição cognitivista, atribui ao hemisfério cerebral esquerdo, relacionado à linguagem, a chamada “função de intérprete”, que consiste na tendência, automática e constante, a criar explicações plausíveis das experiências subjetivas, mesmo que a base real para tais explicações seja tênue ou inexistente. Nesse mesmo sentido, Wray et al. (2012)

apresentam evidências empíricas de que o comportamento de “fazer sentido” das experiências vividas é reforçador, mesmo quando dele decorrem consequências adversas.

A Teoria das Molduras Relacionais (RFT, Hayes et al., 2001; Perez et al., 2022), a parte da CBS dedicada especificamente ao estudo conceitual, experimental e aplicado da linguagem (Hayes, 2016b), propõe que a base da linguagem e da cognição propriamente humana é um operante puramente funcional chamado Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA), que é aprendido via treino de múltiplos exemplares. Mediante esse treino consistente em estabelecer relações entre propriedades arbitrarias de estímulos, as crianças aprendem não apenas as relações concretas ensinadas; mas, principalmente, adquirem o próprio comportamento de derivar relações entre propriedades arbitrarias de estímulos (Hayes et al., 2001a).

O RRAA é um tipo de comportamento operante controlado pelo contexto. O termo “contexto” deve ser entendido, de acordo com Hayes et al. (2021), como “o fluxo de eventos mutáveis que podem exercer uma influência organizadora sobre o comportamento” (p. 26) e não se refere a objetos ou coisas, mas a funções de estímulo. Ainda de acordo com Hayes et al. (2021), os termos “contexto” e “comportamento” são definidos em termos recíprocos, pois a unidade de análise na CBS é a “ação em um contexto” (p. 26). Embora na Análise do Comportamento o termo “ambiente¹” seja também considerado como a contraparte recíproca do termo “comportamento” (Todorov, 2007), cabe entender que não existe uma sinonímia perfeita entre “ambiente” e “contexto”, pois este último especificamente envolve a ideia de que há uma influência sobre o comportamento, que é exercida por dicas verbais que adquiriram suas funções por causa da sua participação em molduras relacionais. De acordo com Hayes et al. (2001b), a expressão “arbitrariamente aplicável” envolve a ideia de que “em alguns contextos essa resposta está sob o controle de dicas que podem ser modificadas pelo capricho social”

(p. 25). Nesse sentido, Torneke (2010) explica que “esse relacionar não se baseia em nenhuma propriedade física ou formal dos estímulos relacionados; em lugar disso, as relações são o resultado desta forma específica de comportamento humano, que por sua vez é controlada por dicas contextuais” (p. 83).

Portanto, o sentido em que o termo “contexto” é usado na CBS, envolve considerar as propriedades definidoras do RRAA: a) a implicação mútua; b) a implicação combinatória e c) a transformação de funções de estímulo. A implicação mútua, de acordo com Hayes et al. (2001b), se refere à “bidirecionalidade fundamental do responder relacional” (p. 29). Por exemplo, em uma moldura de causalidade, se for ensinado que “A é causa de B”, um ser humano verbalmente competente consegue derivar a relação “B é o efeito de A”. Seguindo a mesma lógica, a implicação combinatória, de acordo com Hayes et al. (2001b), “se refere a uma relação de estímulo derivada em que duas ou mais relações de estímulo (treinadas ou derivadas) combinam mutuamente” (p. 30). Por exemplo, em uma moldura de comparação, se for ensinado que “A é maior que B” e que “B é maior que C”, um ser humano verbalmente competente consegue derivar a relação “C é menor que A”. Finalmente, a terceira propriedade do RRAA, envolve a ideia de que “quando um dado estímulo em uma rede relacional possui certas funções psicológicas, as funções de outros eventos nessa rede podem ser modificadas de acordo com a relação derivada subjacente” (Hayes et al., 2001b, p. 31). Exemplificando, o estímulo “carro” pode ter funções reforçadoras para o sujeito X; porém, se “carro” entra em uma moldura hierárquica “tipos de acidentes”, essa função do estímulo “carro” pode se tornar aversiva, meramente em virtude dessa relação verbal que foi estabelecida.

Mais especificamente, a RFT faz a distinção entre dicas contextuais relacionais (Crel) e dicas contextuais funcionais (Cfunc). As dicas contextuais relacionais especificam as molduras relacionais, ou tipos específicos de RRAA (coordenação, oposição, comparação, etc.), e as dicas contextuais funcionais estabelecem o significado ou função de partes específicas da moldura (Hayes et al., 2001b). Por exemplo, na fala “Esse homem é o João”, podemos pensar que a dica “é” age como Crel., indicando que estamos perante uma moldura relacional

1 Para uma discussão mais ampla e profunda dos usos deste termo na Análise do Comportamento, conferir Kitchener (1977), Carrara e Zilio (2013), Botomé (2013), Lazzeri (2013) e Tonneau (2013).

de coordenação e a dica “Esse homem” age como Cfunc., exercendo uma função ostensiva ou demonstrativa. A distinção entre esses dois tipos de controle contextual não se trata de um postulado meramente teórico; mas, de acordo com Hayes et al. (2021), cabe afirmar que “A existência de duas formas distinguíveis de controle contextual leva a importantes implicações clínicas, e a ACT tira o máximo proveito delas”.

Por causa da centralidade da linguagem e suas propriedades e funções para a ACT, Bim e de Almeida (2019, p. 294) colocam que “... a avaliação e a intervenção psicológicas devem estar voltadas para os processos naturais da linguagem, outros aspectos do comportamento do cliente só mudarão quando esses processos forem manipulados adequadamente”. Nesse mesmo sentido, Hayes et al. (2001b) resumem assim a importância da linguagem para a compreensão do comportamento humano:

O comportamento verbal emerge de contingências operantes, mas o resultado do comportamento verbal é mudar como todos os princípios comportamentais operam. Por este motivo, os seres humanos vivem em dois mundos simultaneamente. Sua continuidade com o resto do reino animal significa que eles constantemente vivem em um mundo de contingências diretas. Sua aquisição do responder relacional derivado significa que eles constantemente vivem em um mundo verbalmente construído. Este é um pensamento difícil para psicólogos comportamentais interessados na análise do comportamento humano, e, não obstante, parece ser assim (p. 49).

Devemos entender, portanto, que, no marco conceitual da CBS, o protagonismo da linguagem e do RRAA no comportamento humano de forma geral e, particularmente, no que respeita à causação do sofrimento psíquico demanda uma investigação do papel dos processos cognitivos superiores no modelo de psicopatologia e de terapia proposto pela ACT. Em decorrência do exposto, o objetivo do presente artigo é discutir as funções do raciocínio lógico na ACT.

O raciocínio lógico em uma perspectiva contextual

A lógica nas terapias da segunda onda

As terapias da chamada primeira onda das terapias cognitivo-comportamentais, baseadas na modificação do comportamento, optaram por focar no uso de contingências diretas, pois ela contava com um amplo apoio de estudos experimentais. Contudo, a ênfase dada ao suporte empírico dos conceitos e técnicas a serem usadas no contexto clínico acabou preterindo o trabalho com os eventos privados dos pacientes. As terapias pertencentes à segunda onda surgem para preencher essa lacuna (Hayes, 2016a). Paradigmaticamente, a Terapia Cognitiva desenvolvida por Aaron T. Beck foca na influência que sistemas hierárquicos de crenças exercem sobre a percepção que os pacientes têm sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre o futuro, a chamada tríade cognitiva (Beck *et al.*, 1997).

De acordo com Hofmann (2014), existem na TCC diversas estratégias de tratamento e elas podem ser classificadas em intelectuais, experienciais e comportamentais. Pensar de forma lógica é particularmente importante para as estratégias de tipo intelectual. Por esse motivo, essas estratégias têm um menor nível de protagonismo na TCC com crianças, ou devem ser adaptadas, pois o pensamento lógico não está plenamente desenvolvido nelas (Friedberg & McClure, 2019). Uma das principais estratégias intelectuais ou cognitivas na TCC é a reestruturação cognitiva. Ela consiste em analisar crenças centrais do paciente relacionadas ao seu transtorno, de forma que seja possível avaliar até que ponto essas crenças têm validade no presente contexto de vida, a partir da discussão e evidências a favor e contra da validade dessa crença central. Essa análise das crenças centrais envolve raciocínio lógico abstrato (Camargos et al., 2020), pois se baseia na atividade de comparar o conteúdo de proposições gerais (as crenças centrais) à realidade de situações específicas, da mesma forma como é feito nos silogismos, que são formas estruturadas de raciocínio dedutivo. Leahy (2019) dedica o capítulo 5 do seu manual de técnicas de terapia cognitiva a apresentar e discutir dez técnicas especificamente voltadas para o exame do processamento de infor-

mações e erros de lógica. Contudo, esse e outros manuais e artigos de TCC empregam os termos como lógica, inferência e outros conceitos relacionados sem oferecer definições precisas deles, dificultando, dessa forma, a identificação de comportamentos precorrentes necessários para desenvolver esse tipo de repertórios verbais mais complexos. Embora essa falta de precisão conceitual não necessariamente comprometa a eficácia das intervenções, na perspectiva da CBS a precisão teórica faz parte integral dos objetivos da atividade científica (Hayes et al., 2012; Hayes et al., 2021) e deve, portanto, ser procurada.

Uma concepção operacional do raciocínio lógico

Talvez seja o filósofo americano John Dewey o mais antigo precursor do estudo do raciocínio lógico desde uma ótica funcionalista ou pragmática, com sua obra “Lógica: a Teoria da Investigação” (Dewey, 1938). Contra a opinião predominante que contempla as relações lógicas como realidades existentes *a priori*, nesse livro, Dewey (1938) argumenta que a atividade investigativa não apenas gera a descoberta das relações lógicas, mas causa também sua existência. De acordo com o filósofo americano, então, os princípios e relações lógicas seriam o produto da atividade cognitiva dos indivíduos, o que resulta em uma visão consistente com os postulados da psicologia comportamental contemporânea (cf. Zílio, 2010).

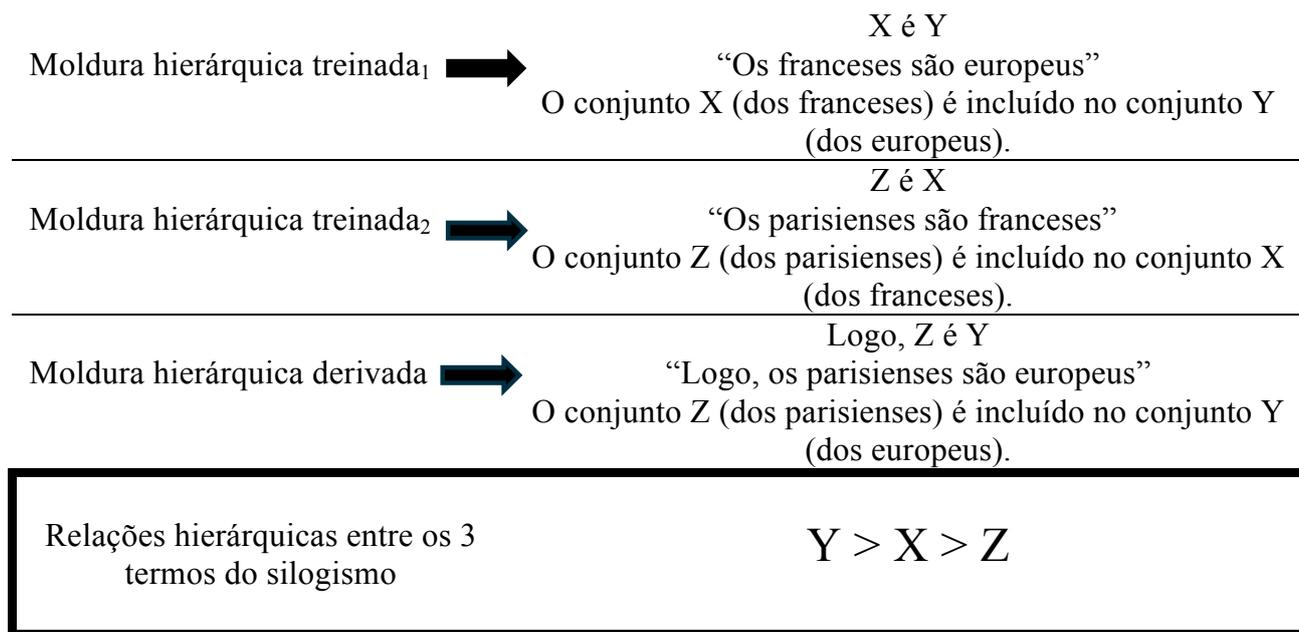
Na Análise do Comportamento, Skinner (1957) retoma a concepção das relações lógicas, ou “leis do pensamento” como comportamento, especificamente comportamento verbal de cientistas e pensadores que lhes permite incrementar “a probabilidade de comportamentos intelectuais, éticos e práticos bem-sucedidos” (Skinner, 1957, p. 418). Nesse sentido, as relações lógicas são consideradas por Skinner (1957) um tipo de molduras autoclíticas. Skinner (1957) chama de autoclítico ao comportamento verbal que “se baseia em ou depende de outro comportamento verbal” (p. 315) e “clarifica ou altera o efeito do comportamento verbal sobre o ouvinte” (p. 332). Considerando essas características, Palmer (2007, p. 169) define as molduras autoclíticas como “operantes verbais que consistem em elementos fixos e variáveis que se alternam, contro-

lados por alguma característica comum a todos os casos.” Especificamente, para Skinner (1957), as regras lógicas são molduras autoclíticas com funções tautológicas, ou seja, cuja veracidade depende das relações internas entre os elementos constitutivos da moldura e não da referência a características do ambiente físico.

Terrell e Johnston (1989) procuraram desenvolver a interpretação skinneriana a respeito da lógica propondo definições funcionais de termos comumente usados em lógica, como “proposição”, “premissa”, etc. O exercício interpretativo de Terrell e Johnston (1989), embora consistente com a visão skinneriana, tem sido criticado (Aran, 2016) por sua falta de especificidade, pois as características que eles atribuem aos conceitos lógicos analisados podem ser atribuídas igualmente a diversos outros tipos de conceitos do discurso político, poético, etc. Essa falta de precisão não permite o uso consistente desses conceitos na pesquisa básica.

Barnes-Holmes et al. (2001) propuseram uma interpretação seminal do raciocínio lógico dedutivo consistente com o marco conceitual delineado pela RFT. Essa proposta coloca a relação de condicionalidade (SE premissas, ENTÃO conclusão) como sendo a relação fundamental no raciocínio dedutivo. Contudo, o posterior desenvolvimento de pesquisas conceituais na área (Aran, 2016) mostrou que a relação fundamental para definir com precisão o raciocínio dedutivo se trata da relação combinatória de inclusão entre três estímulos verbais, que adquirem funções hierárquicas específicas (ser o termo maior, ou o termo médio, ou o termo menor do silogismo) por causa da sua ocorrência em partes também específicas de molduras hierárquicas. Portanto, nos silogismos, as estruturas que o raciocínio dedutivo tipicamente adota, encontramos o seguinte padrão funcional: duas molduras hierárquicas, ou seja, molduras caracterizadas por relações de inclusão, a partir das quais é possível derivar uma terceira, como é mostrado na Figura 1.

As diferentes propriedades que caracterizam os silogismos logicamente válidos, conforme foram descritas por Aristóteles e filósofos subsequentes, foram já apresentadas e discutidas em detalhe desde uma perspectiva funcional em termos da RFT como Molduras de Inferência Dedutiva - MIDs (cf. Aran, 2016, 2022). Essa descrição precisa em ter-



Em qualquer moldura hierárquica com a forma “S é P”, o termo na posição de sujeito gramatical (S) necessariamente contém menos elementos que o termo na posição de predicado (P); pois, nesse tipo de moldura, estamos incluindo o conjunto S no conjunto P.

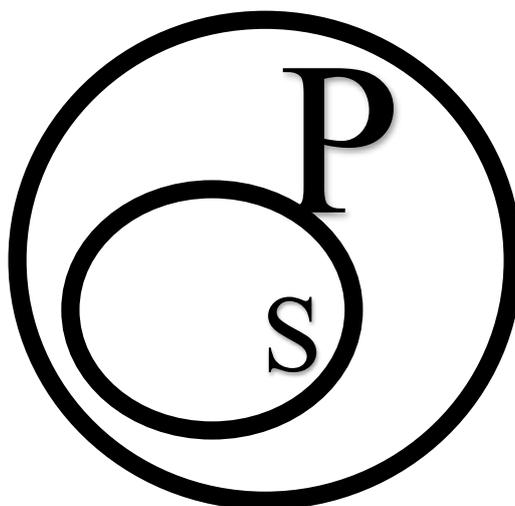


Figura 1. Relações hierárquicas no silogismo

mos funcionais permite o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas sobre aquisição, avaliação e treino do raciocínio dedutivo.

Desenvolvimentos teóricos e experimentais recentes permitem agora discutir as funções das MIDs como parte de redes relacionais mais amplas. Isso se torna possível a partir da organização HDML (Hiper Dimensional Multi-Nível). Barnes-Holmes et al. (2022) explicam que a organização

HDML foi concebida a partir de duas propostas anteriores: a organização MDML (Multi Dimensional Multi-Nível) e o modelo DAARRE (diferenciais do responder relacional arbitrariamente aplicável).

A organização MDML permite organizar diferentes instâncias de RRAA em 5 diferentes níveis de desenvolvimento relacional e caracterizá-las com base em 4 dimensões diferentes, resultando 20 possíveis categorias de análise, como é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1. Uma organização multidimensional multinível (MDML) consistindo de 20 intersecções entre dimensões e níveis de responder relacional arbitrariamente aplicável

NÍVEIS	DIMENSÕES			
	Coerência	Complexidade	Derivação	Flexibilidade
Implicar mutuamente	Unidade analítica 1	Unidade analítica 2
Emoldurar relacional
Reticular relacional
Relacionar relações
Relacionar redes relacionais	Unidade analítica 20

As quatro dimensões, coerência, complexidade, derivação e flexibilidade, são descritas de forma precisa por Barnes-Holmes et al. (2022). A coerência mostra até que ponto determinado padrão de RRAA é consistente com outros padrões de RRAA. No caso das MIDs, é esperado que apresentem um contexto relacional altamente coerente, pois a consistência nesse padrão relacional é essencial para que ele seja reforçado. A complexidade faz referência à densidade relacional, o número de relações envolvidas em determinada instância de RRAA. Nas MIDs encontramos 3 relações hierárquicas cruzadas envolvendo 3 estímulos verbais. Derivação se refere ao nível de treino envolvido na emissão de uma instância particular de RRAA. A primeira vez que ela é emitida, o nível de derivação é alto e decresce à medida que o mesmo padrão é repetido em outras ocasiões. Assim, uma primeira vez que uma conclusão é inferida a partir de certas premissas, ela apresenta um alto nível de derivação, mas não quando a mesma conclusão é repetida posteriormente, pois já é uma inferência conhecida. Finalmente, a flexibilidade indica a capacidade de determinado padrão de RRAA ser influenciado pelo contexto em que é emitido. Idealmente, as MIDs seriam altamente inflexíveis, pois qualquer pequena mudança pode alterar a validade inferencial do raciocínio.

Para uma determinada ocorrência de RRAA podemos estabelecer, portanto, seu nível de desenvolvimento relacional, que por sua vez pode ser

descrito usando uma ou várias das quatro dimensões citadas. Por exemplo, no caso de uma MID tal que “Todos os franceses são europeus/ Todos os parisienses são franceses/ Portanto, todos os parisienses são europeus”, pode ser afirmado que pertence ao nível 4 de desenvolvimento relacional (relacionar relações). Ao mesmo tempo, cabe dizer que essa MID apresenta um alto nível de coerência, pois seria consistente com outros padrões de RRAA que possam ser emitidos em relação às dicas contextuais funcionais envolvidas (europeus, franceses, parisienses); um alto nível de complexidade, pois envolve três relações hierárquicas entre três estímulos; um alto nível de derivação pois não tinha sido mencionada anteriormente neste texto e um baixo nível de flexibilidade, dado que o contexto presente não alterou nenhuma das suas características como MID. A análise de outras MIDs pode variar, dependendo do contexto experimental ou aplicado em que sejam usadas e dependendo também de características das próprias MIDs. Assim, uma MID que empregue pseudopalavras em lugar de vocábulos da linguagem natural provavelmente apresentaria baixos níveis de coerência e altos níveis de derivação.

A organização MDML foca, de acordo com Barnes-Holmes et al. (2022), nas propriedades de implicação do RRAA. A organização HDML, surge então, como uma extensão da MDML que permite o estudo da transformação de funções de estímulo no RRAA. Neste modelo mais amplo,

entende-se que os eventos psicológicos relativos à linguagem e à cognição humanas envolvem “um fluxo comportamental constante de relacionar (R), orientar (O) e evocar (E), resumidos como ROE.” (Barnes-Holmes et al., 2022). Relacionar faz referência às propriedades de implicação presentes nas 20 possíveis categorias de análise propostas na organização MDML. Orientar indica em que medida o organismo de interesse volta sua atenção para um estímulo específico. Por último, evocar indica se o estímulo apresenta, e em que medida, funções apetitivas ou aversivas. No caso das MIDs, das quais têm sido descritos 14 subtipos (Aran, 2016), a organização HDML nos permitiria entender de forma muito específica o comportamento de participantes em um hipotético treino de habilidades de raciocínio dedutivo.

O raciocínio lógico na ACT

A relevância do modelo HDML para a compreensão de comportamentos complexos no contexto clínico foi salientada por Simões e Ferreira (2021). De acordo com esses autores, a interpretação de comportamentos verbais complexos dos pacientes com base na organização HDML permitiria uma conceituação clínica do caso mais precisa e possibilitaria a recontextualização verbal de eventos problemáticos. O comportamento de procurar o sentido das experiências, públicas ou privadas, às quais os pacientes atribuem seu sofrimento, tipicamente faz uso, mesmo que seja parcialmente, do raciocínio lógico, aqui referido como MIDs. Esse tipo de molduras claramente faz parte do repertório verbal sofisticado dos indivíduos e, portanto, cabe afirmar que, na perspectiva do modelo de psicopatologia proposto pela ACT, participam de forma direta ou indireta na causação do sofrimento psíquico.

Dado que o foco das intervenções na ACT (como em todas as terapias contextuais) é mudar as funções de pensamentos e crenças e não tanto alterar seus conteúdos, cabe questionar se treinar, potencializar ou favorecer o responder inferencial não seria um tipo de intervenção contraproducente em relação aos objetivos terapêuticos. Os próprios proponentes da ACT tratam dessa questão em diversos momentos: Por exemplo, no capítulo a respeito da relação terapêutica, Hayes et al. (2021) comentam: “O terapeuta da ACT desenvolve um desinteresse

quase intuitivo pelo processo de racionalização, explicação e justificação por meio do comportamento verbal” (p. 120). Nesse caso, o foco do texto não consiste em elencar argumentos contra o uso do pensamento lógico por parte do terapeuta, mas em destacar a importância de o terapeuta adotar uma atitude aberta, própria de um observador que não julga os conteúdos trazidos pelo cliente. Essa abertura sem julgamento, é claro, é o comportamento que o terapeuta da ACT pretende modelar no repertório do cliente. A lógica é mencionada ainda em outra passagem, que se afirma

Um sinal importante de problemas é quando o terapeuta começa a usar excessivamente a lógica com o cliente. É claro que a lógica é uma operação baseada na linguagem e, portanto, é altamente provável que seu uso só faça alimentar o sistema verbal do cliente” (Hayes et al., 2021, p. 214).

Essa afirmação deve ser compreendida no contexto do processo de desfusão cognitiva do cliente. McEnteggart e Barnes-Holmes (2024) definem a fusão cognitiva como a união do senso de self do cliente com algum aspecto da sua experiência interna. A fusão é entendida também como sendo um resultado natural dos processos de linguagem. Por esse motivo, é feita a advertência, no contexto dos esforços de desfusão cognitiva, contra potencializar os processos verbais do cliente, particularmente a lógica, que envolve comportamentos verbais sofisticados. Hayes e Strosahl (2004) remarcam a preterição da lógica como ferramenta de arguição com o cliente

A ACT tende a usar uma forma de linguagem relativamente não linear. Os terapeutas da ACT usam bastantes paradoxos, metáforas, histórias, exercícios, tarefas comportamentais e processos experienciais. A instrução direta e a análise lógica possuem um papel relativamente limitado, embora ocorra (p. 6)

Essa fala deve ser inserida no contexto de explicitar a contraposição entre os objetivos da ACT, voltados para aumentar a flexibilidade psicológica e, conseqüentemente, alterar as funções dos eventos

privados, e aqueles das terapias da segunda onda, cujos objetivos são dirigidos à mudança dos conteúdos das crenças e pensamentos do cliente.

O receio sobre o uso da lógica na ACT, a nosso ver, é justificado, mas não deve ser levado ao extremo. A capacidade de estabelecer relações lógicas faz parte da linguagem natural e se mostra extremamente útil em uma pluralidade de contextos. Como colocam Hayes e Strosahl (2004):

A ACT procura ajudar o cliente a trazer a linguagem e o pensamento sob um controle contextual adequado, usando a linguagem lógica, linear quando é útil fazê-lo e permitir que a experiência direta seja mais o guia, quando isso seja mais efetivo (p. 5).

A compreensão técnica do raciocínio lógico-dedutivo desenvolvida no marco conceitual da RFT como MIDs, afasta o risco de considerar o pensamento lógico em termos mentalistas e facilita seu uso e manipulação em contextos experimentais e aplicados. Nesse sentido, estudos experimentais envolvendo outros tipos de RRAA têm produzido melhoras em “habilidades cognitivas de ordem superior, incluindo o QI” (Hayes et al., 2021, p. 42). Por outro lado, a possibilidade previamente mencionada de analisar ocorrências concretas desse tipo de RRAA no contexto clínico a partir do modelo HDML deve contribuir para facilitar seu uso nesse contexto e para discriminar em quais contextos esse uso faria sentido de acordo com os objetivos terapêuticos específicos para cada cliente.

É possível, ainda, elencar momentos específicos em que o raciocínio lógico se torna uma habilidade relevante na ACT. Em primeiro lugar, o pensamento lógico resulta indispensável para o cliente conseguir avaliar de forma realista se o seu comportamento é compatível com seus valores. Nesse sentido, Hayes et al. (2021, p. 259) colocam que “Um dos objetivos do trabalho com os valores é gerar ações potenciais que sejam consistentes com os valores da pessoa”. A conexão com os valores é um dos seis processos clínicos centrais na ACT. Os valores, nesse contexto, apresentam características específicas: eles são verbalmente construídos, ou seja, são instâncias de RRAA; devem ser livremente escolhidos, não o produto da evitação experiencial;

e estabelecem consequências apetitivas intrínsecas. No modelo explicativo proposto pela CBS, essa atividade de um sujeito acompanhar se seu comportamento está de acordo com os valores que ele definiu para si mesmo pode ser considerada um exemplo de *tracking*, um dos três tipos de contingências que produzem seguimento de regras. Barnes-Holmes et al. (2001) afirmam que esse tipo de comportamento governado por regras está sob controle de uma história de coordenação entre a regra e as consequências ambientais. No caso dos valores, que tipicamente envolvem alto grau de abstração, é cabível considerar que a história relevante envolva relações hierárquicas e inferenciais, que, como foi mostrado anteriormente, se baseiam em relações hierárquicas cruzadas. Por exemplo, se o valor definido pelo cliente for “ser um bom pai”, alguns comportamentos seriam incluídos dentro desse conceito abstrato, como “dedicar tempo de qualidade aos meus filhos” ou “mostrar empatia perante os problemas dos meus filhos”, enquanto comportamentos logicamente incompatíveis, como “realizar comentários despectivos sobre habilidades dos meus filhos”, seriam automaticamente excluídos.

A mesma importância deve ser atribuída ao pensamento lógico no que respeita ao processo da ACT chamado “ação de compromisso”, que é intrinsecamente ligado aos valores. Hayes et al. (2021, p. 265) concebem as ações baseadas em valores como aquelas “deliberadamente concebidas para incorporar um valor particular e são intrinsecamente reforçadas”. Assim, a ação de compromisso requer a derivação de relações hierárquicas e inferenciais, como mostrado na Figura 2 e, portanto, é claro que o raciocínio inferencial, entendido como MID, cumpre um papel fundamental também nesse processo.

A centralidade do processo de desesperança criativa na ACT (Barnes-Holmes e McEnteggart, 2024), que precisa de comportamentos inferenciais, entre outros, para ter efeito, faz com que o raciocínio lógico exerça um papel não negligível ao longo do processo terapêutico, apesar das recomendações, anteriormente analisadas, para que ele não seja enfatizado em momentos específicos. Nesse contexto, Barnes-Holmes e McEnteggart (2024) explicam a desesperança criativa analisando seus dois componentes: a desesperança e a criatividade. Podemos perceber a função do raciocínio inferen-

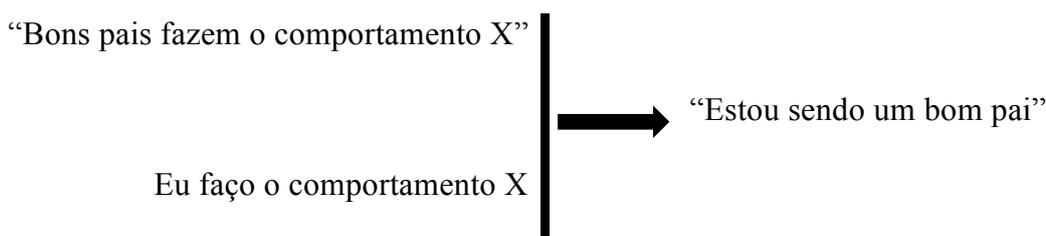


Figura 2. Derivação de relações inferenciais em ações de compromisso.

cial ao focar no primeiro dos componentes. A desesperança faz referência à extrema improbabilidade de que o funcionamento atual das narrativas do cliente consiga produzir novos comportamentos, capazes de melhorar seu estado de sofrimento. As intervenções voltadas para a desesperança (validar as tentativas de mudança, separar o self do cliente das tentativas de mudança e minar as tentativas de mudança) constantemente envolvem responder relacional hierárquico e inferencial. Dito de outra forma, essas intervenções consistem em inserir, verbalmente, uma ampla variedade de comportamentos complexos do repertório atual do cliente em “uma única classe de respostas que compartilham o único objetivo comum de levar o paciente a pensar, sentir e agir de forma diferente” (Barnes-Holmes & McEnteggart, 2024, p. 65). Os elementos pertencentes a essa classe de respostas, se analisados a partir do HDML, devem apresentar um alto nível de coerência e de complexidade relacional e um baixo nível de flexibilidade e derivação, que é um perfil semelhante ao que pode ser esperado em uma MID. Além disso, a desesperança possui uma alta chance de gerar intensas emoções aversivas, que podem interferir na efetividade desse processo. Por esse motivo, nesse caso, a atividade racional e o escrutínio lógico a respeito das funções do atual repertório do cliente adquirem maior relevância.

Finalmente, o pensamento lógico possui relevância para a ACT ainda por outro motivo. A ACT tipicamente usa uma abundância de metáforas e analogias, particularmente para fomentar o processo de desfusão. Analogias e metáforas são definidas por McEnteggart e Barnes-Holmes (2024, p. 41) como “estruturas linguísticas não literais que frequentemente coordenam estímulos que não são

tipicamente coordenados na linguagem cotidiana”. Isso, na verdade, é muito semelhante ao que acontece no silogismo, em que as funções dos estímulos verbais envolvidos são transformadas com base apenas na sua posição nas molduras hierárquicas que compõem o dito silogismo, como foi mostrado na Figura 1, independentemente do significado literal dos termos específicos empregados. Para que um silogismo seja válido, o significado literal dos estímulos verbais envolvidos é totalmente irrelevante. Por esse motivo, o silogismo pode ser usado com pseudo-palavras ou até formulado com símbolos algébricos como acontece na lógica simbólica. Por esse motivo, é possível pensar que um sujeito com um bom repertório em termos de MIDs terá mais facilidade para compreender e usar analogias e metáforas do que um indivíduo sem esse repertório, pois em ambos os casos (raciocínio lógico e metáforas/ analogias) é preciso que o sujeito consiga responder às Crel, desconsiderando a literalidade das Cfunc.

Conclusão

A questão do uso do raciocínio dedutivo na ACT é poliédrica. Por um lado, o pensamento lógico é uma peça fundamental nas terapias da segunda onda das TCCs, que pretende evitar vieses cognitivos e fomentar a capacidade dos clientes para analisar a realidade com objetividade, conferindo a validade das próprias inferências sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. As terapias contextuais como a ACT, contudo, mudam de objetivo, relativizando a importância dos conteúdos do pensamento para focar nas suas funções. Além disso, a RFT dis-

ponibiliza aos praticantes da ACT as ferramentas conceituais necessárias para uma análise funcional do raciocínio lógico, seja como moldura de inferência dedutiva ou, em um contexto mais amplo, a partir da organização HDML.

Apesar da existência do risco de reforçar a dominância de processos verbais sobre a experiência direta, o desenvolvimento e o uso do raciocínio dedutivo claramente podem apresentar também benefícios aos pacientes. Portanto, mais do que desterrar completamente o raciocínio lógico da prática da ACT, propõe-se que este tipo de RRAA deva ficar sob controle contextual. Isto é, em alguns contextos será proveitoso usar raciocínio lógico como por exemplo no processo de categorização envolvido na desesperança criativa, ou ao estabelecer a coerência entre comportamento e valores; enquanto em outros contextos, será mais benéfico deixar o raciocínio lógico de lado e adotar técnicas experienciais, como no processo de desfusão.

Referências

- Aran, J.F. (2016). *Interpretação analítico-comportamental da inferência dedutiva nas formas silogísticas, a partir da teoria das molduras relacionais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7998>
- Aran, J.F. (2022). O raciocínio lógico na teoria das molduras relacionais. In W. F. Perez, R. Kovac, J.H. de Almeida, & J. C. de Rose (Orgs.), *Teoria das Molduras Relacionais [RFT]- Conceitos, pesquisa e aplicações* (pp. 153–66). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Barnes-Holmes, Y. & McEntegart, C.(2024). Creative hopelessness and why it is so central in ACT. In L. Bruyninx, Y. Barnes-Holmes, C. McEntegart, M. Vleugel & R. Thewissen, *Practicing acceptance and commitment therapy with head and heart* (pp. 60–80). Routledge.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., McEntegart, C., & Harte, C. (2022). De volta para o futuro com uma versão atualizada da RFT: mais campo que moldura? In W. F. Perez, R. Kovac, J.H. de Almeida, & J. C. de Rose (Orgs.), *Teoria das Molduras Relacionais [RFT] - Conceitos, pesquisa e aplicações* (pp. 323–352). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Barnes-Holmes, Y., Barnes-Holmes, D., & Cullinan, V. (2001). Education. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (2001). *Relational Frame Theory: a post-skinnerian account of human language and cognition*. Kluwer Academic Publishers.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1997). *Terapia cognitiva da depressão* (M. C. V. de Souza, Trad.). Artmed.
- Beck, J. S. (2022). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (3ª ed., A. G. B. Oliveira, Trad.). Artmed.
- Biglan, A., & Hayes, S. C. (1996). Should the behavioral sciences become more pragmatic? The case for functional contextualism in research on human behavior. *Applied & Preventive Psychology*, 5(1), 47-57. [https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(96\)80026-6](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(96)80026-6)
- Biglan, A., & Hayes, S. C. (2016). Functional contextualism and contextual behavioral science. In R. D. Zettle, S.C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp. 385–397). John Wiley & Sons, Ltd.
- Bim, N. R., & de Almeida, J. H. (2020). Como a Teoria das Molduras Relacionais (RFT) Transforma a Clínica Comportamental – Estratégias Recentes para Aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(2), 294–304. <https://doi.org/10.18761/PAC.2019.v10.n2.08>
- Botomé, S. P. (2013). O conceito de comportamento operante como problema. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 19-46. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2130>.
- Camargos, S. P. S., Lopes, R. F. F., & Bernardino, L. G. (2020). Terapia Cognitivo-Comportamental Multicomponente para Adolescentes com transtorno Alimentar: um Estudo de Caso. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 16(2), 114-121.
- Carrara, K., & Zilio, D. (2013). O comportamento diante do paradigma behaviorista radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2129>.

- Catania, A. C., Mathews, B. A. & Shimoff, E. (1982). Instructed versus shaped human verbal behavior: Interactions with nonverbal responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 38, 233-248. <https://doi.org/10.1901/jeab.1982.38-233>
- Dewey, J. (1938). *Logic the Theory of Inquiry*. Henry Holt and Company.
- Friedberg, R. D., & McClure, J. M. (Orgs.). (2003). *A prática clínica da terapia cognitiva com crianças e adolescentes* (M. C. V. de Souza, Trad.). Artmed.
- Gazzaniga, M. S. (2000). Cerebral specialization and interhemispheric communication: Does the corpus callosum enable the human condition? *Brain*, 123(7), 1293–1326. <https://doi.org/10.1093/brain/123.7.1293>
- Hayes, S. C. (2016a). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 47(6), 869-885. <https://doi.org/10.1016/j.beth.2016.11.006>
- Hayes, S. C. (2016b). Why Contextual Behavioral Science Exists. In R. D. Zettle, S.C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp. 385–397). John Wiley & Sons, Ltd.
- Hayes, S. C. (2019). Ciência Comportamental Contextual. In D. Zilio, & K. Carrara (Orgs.), *Behaviorismos. Reflexões Históricas e Conceituais. Volume III* (1a ed., pp. 152–174). Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Hayes, S. C., & Brownstein, A. J. (1986). Mentalism, behavior-behavior relations, and a behavior-analytic view of the purposes of science. *The Behavior Analyst*, 9(2), 175-190. <https://doi.org/10.1007/BF03391944>
- Hayes, S. C., & Hofmann, S. (2020). *Terapia Cognitivo – comportamental baseada em processos*. Artmed.
- Hayes, S. C., & Hofmann, S. (2021). “Third wave” cognitive and behavioral therapies and the emergence of a process-based approach to intervention in psychiatry. *World Psychiatry*, 20(3), 363-375. <https://doi.org/10.1002/wps.20884>
- Hayes, S. C., & Strosahl, K. D. (2004). *A practical guide to Acceptance and Commitment Therapy*. Springer.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001a). *Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual Behavioral Science: creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 1(1-2), 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2012.09.004>
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., & Healy, O. (2001b). Derived Relational Responding as Learned Behavior. In S.C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational Frame Theory: a Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition* (pp. 21–49). Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (2021). *Terapia de aceitação e compromisso: O processo e a prática da mudança consciente* (2ª ed., S. M. M. da Rosa, Trad.). Artmed.
- Hofmann, S. G. (2014). *Introdução à terapia cognitivo-comportamental contemporânea*. (R. Pizzato, Trad.). Artmed.
- Kitchener, R. F. (1977). Behavior and behaviorism. *Behaviorism*, 5(2), 11-71. <http://www.jstor.org/stable/27758893>
- Lazzeri, F. (2013). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 47-65. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2131>
- Leahy, R. L. (2019). *Técnicas de terapia cognitiva: Manual do terapeuta* (2ª ed., S. M. M. da Rosa, Trad.). Artmed.
- Mathews, B. A., Catania, A. C., & Shimoff, E. (1985). Effects of the uninstructed verbal behavior on nonverbal responding: Contingency descriptions versus performance descriptions. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 38, 233-248. <https://doi.org/10.1901/jeab.1985.43-155>
- McEnteggart, C., & Barnes-Holmes, Y. (2024). Understanding and weakening fusion through defusion interventions. In L. Bruyninx, Y.

- Barnes-Holmes, C. McEnteggart, M. Vleugel & R. Thewissen, *Practicing acceptance and commitment therapy with head and heart* (pp. 35–59). Routledge.
- Monestés, J. L. (2016). A Functional Place for Language in Evolution. The contribution of Contextual Behavioral Science to the study of human evolution. In R. D. Zettle, S.C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp. 385–397). John Wiley & Sons, Ltd.
- Palmer, D. C. (2007). Verbal Behavior: What is the Function of Structure?. *European Journal of Behavior Analysis*, 8(2), 161-175. <http://dx.doi.org/10.1080/15021149.2007.11434280>
- Perez, W. F., Kovac, R., de Almeida, J. H., & de Rose, J. C. (Orgs.). (2022). *Teoria das Molduras Relacionais [RFT] - Conceitos, pesquisa e aplicações*. Centro Paradigma Ciências do Comportamento.
- Simões, A. S., & Ferreira, T. A. da S. (2021). Quando o Pensamento Positivo não é o Bastante: O papel do HDML na explicação de comportamentos complexos pela RFT. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(1), 094–104. <https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.13>
- Shimoff, E., Catania, A. C., & Mathews, B. A. (1981). Uninstructed human responding: Sensitivity of low-rate performance to schedule contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 36, 207-220. <https://doi.org/10.1901/jeab.1981.36-207>
- Skinner, B.F. (1957). *Verbal Behavior*. Copley Publishing Group.
- Terrell, J. D., & Johnston, J. M. (1989). Logic, Reasoning and Verbal Behavior. *The Behavior Analyst*, 12(1), 35-44. <https://doi.org/10.1007/BF03392475>
- Todorov, J. C. (2007). A Psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23, 57-61. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000500011>
- Tonneau, F. (2013). Comportamento e a pele. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(1), 66-73. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2132>
- Törneke, N. (2010). *Learning RFT: An introduction to relational frame theory and its clinical application*. New Harbinger Publications.
- Törneke, N., Luciano, C., & Salas, S. V. (2008). Rule-governed behavior and psychological problems. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 8(2), 141–156.
- Wray, A. M., Dougher, M. J., Hamilton, D.A., & Guinther, P. M. (2012). Examining the reinforcing properties of making sense: a preliminary investigation. *The Psychological Record*, 62, 599-622. <https://doi.org/10.1007/BF03395823>
- Zílio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: behaviorismo radical e filosofia da mente*. Editora UNESP.

Histórico do Artigo

Submetido em: 19/10/2023

Aceito em: 25/08/2025